

EXTRATIVISMO, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS: UM ESTUDO SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO PEQUI

Wdileia Mendes de **Oliveira**, UFMG/Unimontes, wdileiasal@yahoo.com.br
Larissa Oliveira **Silva**, UFMG/Unimontes, lara_oliveira33@hotmail.com, CAPES
Fausto **Makishi**, UFMG, faustomakishi@gmail.com

Palavras chave: agroextrativismo; biodiversidade; produção de alimentos; geração de renda; insegurança alimentar.

Introdução

A preservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, sobretudo do Cerrado, está fortemente relacionada à criação de alternativas de geração sustentável de renda e formas de subsistência para as populações que neles vivem, um exemplo disso são as atividades agroextrativistas. Os agroextrativistas, os povos e comunidades tradicionais são responsáveis, em grande medida, pela produção local de alimentos, abastecendo pequenos comércios, feiras livres, além do autoconsumo. Neste sentido, o objetivo do presente estudo é discutir sobre a produção de alimentos nas unidades de beneficiamento de frutos nativos do Cerrado e sua articulação com a promoção de soberania alimentar dos agroextrativistas na Cadeia Produtiva do Pequi.

Para adentrar na discussão sobre a evolução do sistema produtivo da região em estudo, que ainda no século XXI possui características vinculadas ao extrativismo dos frutos do Cerrado, deve-se ater as particularidades que a região intermediária de Januária nos apresenta como espaço de conhecimento do saber fazer vinculado as tradições culturais, políticas, religiosas e sociais.

A produção de alimentos, as práticas agroecológicas, a conservação da biodiversidade por meio dos bancos de sementes, bem como as práticas culturais de trocas existentes nas comunidades dos povos e comunidades tradicionais nos ensinam que a soberania alimentar e nutricional das famílias é um valor que perpassa gerações a gerações. Mesmo diante do processo de industrialização que impera na sociedade moderna as famílias e os agricultores familiares primam pelo respeito à qualidade de vida e relações interpessoais mais justas e solidárias.

De acordo com Sabourin e Candido (2009) apud Guedes (2018), as diversas expressões da cooperação, fruto da solidariedade e da reciprocidade comunitária, fazem parte da organização social e econômica histórica do campesinato, estando em sua tradição cultural.

No contexto de modernização agrícola, na região norte mineira surgem modelos produtivos ditos 'alternativos' (agroecológicos, agroextrativista, agroflorestal, orgânico e outros modelos de cultivo e criação integrados), centrados na produção de pequena escala (familiar, campesina, tradicional), através de associações e cooperativas de produtores, têm sido apontados como solução para o desenvolvimento socioeconômico rural baseado na preservação ambiental

e com o aumento na oferta de alimentos de maior valor nutricional (THOMPSON; SCOONES, 2009; MCNEELY; SCHERR, 2009; GODFRAY *et al.*, 2010; CHUNG, 2012; SAGE, 2012; FAO, 2012).

Vale notar também que a utilização dos recursos naturais e da agricultura familiar apresenta limitações quando desenvolvida sem o devido amparo de assistência técnica, administrativa e de gestão perante o processo produtivo, o acesso a mercados e políticas públicas adequadas, tornando uma das principais formas de agressão ao meio ambiente no espaço rural.

Para Dayrell (1998), a enorme diversidade de ambientes e nichos ecológicos que se verifica no Norte de Minas Gerais pode ser explicada pelo fato da região está situada numa área de contato de distintos ecossistemas que se interpenetram numa ampla de transição, correlacionados a diferentes formas de relevo e uma gradiente decrescente de precipitações anuais.

Silva, Brandão Júnior (2018) afirmam que ainda que a lógica do processo de desenvolvimento do Norte de Minas tenha estruturados pilares de sustentação da agricultura regional, verifica-se que em meio a tantos impactos, a resistência dos povos e comunidades ainda vem possibilitando a conservação de diversas espécies e variedade de alimentos.

Neste sentido, a agroecologia é um instrumento produtivo e econômico dos camponeses e agricultores familiares (GUEDES, 2018). O autor destaca ainda que a agroecologia desenvolvida enquanto corrente de pensamento pode ser entendida como um método e um processo de produção agropecuária que resgata os saberes destruídos ou escondidos pela modernização capitalista da agricultura e os incorpora aos progressos científicos e tecnológicos das últimas décadas, a viabilizar a produção de alimentos limpos, em qualquer escala, com menores custos e maior produtividade.

O norte de Minas Gerais a partir dos anos 60 passa por ações modernizantes impulsionadas pelo Estado via Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste que financiou a pecuária extensiva, a implantação de perímetros irrigados e monocultura dos eucaliptos e pinos (PEREIRA; LOPES, 2018). Desde então se inicia um processo de territorialização do capital e de desterritorialização que habitam os gerais (GOMES; FONSECA, 2013). Os autores destacaram ainda que o modelo de produção do agronegócio tem levado a população a uma situação de insegurança alimentar.

O último Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), “Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil” (FAO, 2014), descreve que as ações do Governo Federal de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) entre os povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhos e outras populações tradicionais) incluem diversas políticas voltadas para as causas básicas da fome e vulnerabilidade social, como as questões fundiárias (acesso, posse e gestão da terra e regularização fundiária) e o acesso a serviços de saúde e saneamento, gestão ambiental e promoção da valorização de produtos da sociobiodiversidade (FAO, 2014).

Todavia, apesar destes esforços, o mesmo relatório aponta que dos 5% da população brasileira que convive com situações graves de insegurança alimentar e nutricional, grande parte se constitui destes povos e comunidades tradicionais e as populações negras, do campo e das florestas (FAO, 2014).

Diante deste contexto, a proposta de pesquisa volta-se a inserção sustentável da produção rural de pequena escala em sistemas locais de soberania e segurança alimentar. Em especial, toma-se com objeto de estudo, comunidades tradicionais do Cerrado brasileiro, mais especificamente do norte de Minas Gerais (região intermediária de Januária), que além de importante papel no desenvolvimento local, fixação do homem no campo e produção de alimentos, constituem peça fundamental na preservação deste bioma.

Mais especificamente, a investigação sobre soberania e segurança alimentar e nutricional junto a essa população toma proveito do ferramental metodológico da Escala Brasileira de

Insegurança Alimentar, incorporada recentemente à Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio desde 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Extrativismo como estratégia de preservação da biodiversidade

O extrativismo conforme apresenta Suarez (2007), pode ser compreendido como um termo utilizado para se referir todas as atividades de extração, do meio ambiente, de produtos de origem animal, vegetal ou mineral, entretanto este termo está associado frequentemente a produtos vegetais provindos de sistemas de exploração florestal com destino a comercialização regional, nacional ou internacional.

A mão-de-obra neste processo de extrativismo é o principal instrumento de extração, transporte e transformação do produto (PINTON; EMPERAIRE, 1992, EMPERAIRE, 2000). Para aqueles que vivem de forma exclusiva da extração de recursos naturais renováveis, o fim das atividades de extrativismo representa o final de uma fonte básica de trabalho, renda e condições de subsistência (PASTORE JR. & BORGES, 1998).

O extrativismo atua na preservação da biodiversidade e potencializa o desenvolvimento sustentável. Quanto ao crescimento sustentável, conforme Cavalcanti (2012) este se dá mediante um processo socioeconômico, onde é minimizado o uso de energia, matéria e de impactos ambientais, e tem se a maximização do bem-estar sem retrocessos. Com isso alcança-se na utilização dos recursos uma situação de maior eficiência. Para que haja um cenário de desenvolvimento sustentável, deve-se dar atenção a dimensão política e cultural, além de considerar a perspectiva social, econômica e ambiental (NASCIMENTO, 2012).

Produção nas unidades de beneficiamento

O uso da biodiversidade nativa tem grande importância para populações rurais de todo mundo, e seu manejo sustentável possui grande potencial para se tornar um elemento estratégico à conservação dos ecossistemas e à qualidade de vida e a geração de renda para as comunidades do meio rural (CARVALHO, 2007).

Neste sentido, o processo de criação das unidades de beneficiamento dos frutos nativos do cerrado, bem como as indústrias domésticas artesanais, agroindústrias domésticas ou agroindústrias familiares tem sido nomeada para categorizar as unidades de produção. As classificações dos processos produtivos como espaço das agroindústrias vão ganhando destaque no âmbito das normatizações, da legislação e das políticas públicas que hora mostram as suas potencialidades ora suas limitações.

No intuito de refletir sobre a produção artesanal dos agricultores familiares vamos recorrer à noção de produção na indústria doméstica no vale do Jequitinhonha, haja vista que a região apresenta as mesmas características do norte de Minas, assim sendo, cada alimento processado, cada enfeite vai espelhar certo gosto que se imprime como marca do estilo próprio do produtor e da qualidade e materiais usados na produção, que fica gravado no produto e indica quem o produziu e onde foi produzido.

Deste modo, o produtor se revela pela técnica e pela relação que o produto consegue estabelecer com o gosto de um lugar, o produto carregará, além da restrição de escala, a exigência do “capricho” ou cuidado na produção, porque é associado à pessoa, que assim faz seu nome (RIBEIRO *et al.*, 2019).

De uma forma geral, a maior parte das agroindústrias tem se constituído de pequenos

grupos de agricultores, na sua maioria com laços de parentesco, onde a gestão e o trabalho na unidade são indissociáveis e compartilhados coletivamente. É importante ressaltar a relevância da agricultura familiar, principalmente como fornecedora de alimentos e ocupações, cabendo ao Estado a criação de medidas que fortaleça o desenvolvimento, o melhoramento de condições de vida e de trabalho no espaço rural. Neste sentido, a lógica do desenvolvimento da agroindústria da agricultura familiar poderá ser tratada como opção para o desenvolvimento e o fortalecimento das áreas rurais (PAULA; FERNANDES FILHO, 2019).

Ao recorrer os exemplos de produção de alimentos nas agroindústrias familiares de outras regiões deve-se ter o cuidado de se fazer as adaptações necessárias para o norte de Minas Gerais, haja vista que a dinâmica organizacional, o processo histórico e a implantação das agroindústrias na região apresentam características diferenciadas do processo agroindustrial efetivado no Sul e no restante do país.

Segurança alimentar e nutricional

Ao pensar na segurança alimentar e nutricional deve-se refletir sobre a produção de alimentos, pois a forma de produção e acesso à alimentação são os pilares da soberania alimentar e nutricional.

A temática sobre a comida de verdade no campo e na cidade foi o tema da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais no ano de 2015. Neste ano, a conferência chamou a atenção para a reflexão sobre alimentação saudável, adequada e solidária no processo de produção e na partilha. Apesar de passados quatro anos, o tema revisita a necessidade do diálogo no que diz respeito ao direito humano à adequada alimentação e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional mesmo diante da riqueza e da biodiversidade que Minas Gerais nos oferecem.

A opção pela discussão que envolveu a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais no ano de 2015 destacou a importância de refletir sobre os povos e comunidades tradicionais que são povos que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja essa ocupação permanente ou temporária. Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral. O que faz com que esses grupos se auto reconheçam como portadores de identidades e direitos próprios.

É importante destacar os vários benefícios que esses grupos promovem para a coletividade nacional e mineira, que, dentro da Segurança Alimentar, em seus territórios se encontra a multiculturalidade no lugar da monocultura, a produção de sementes no lugar da padronização e transformação genéticas das mesmas. É lá no território das comunidades tradicionais que se encontram o patrimônio genético natural e os saberes necessários à sustentabilidade do nosso planeta.

A relação entre os diferentes modelos de desenvolvimento da produção rural de pequena escala, a preservação da biodiversidade, a soberania e segurança alimentar e nutricional, apesar de intuitivamente compreendida, ainda carece de maior aprofundamento analítico de modo a potencializar as ações organizacionais e institucionais no espaço local.

O estudo em questão visa contribuir para esta discussão e debruça-se sobre os modelos extrativistas e agroextrativistas presentes nas cadeias da sociobiodiversidade, buscando analisar experiências, resgatar aprendizados e produzir conhecimento em torno da implementação de ações públicas intersetoriais.

A pesquisa também pretende gerar conhecimento e fomentar o debate sobre hábitos de consumo junto a povos e comunidades tradicionais. É notória a diversidade de culturas

existentes em um país com extensões territoriais continentais como o Brasil. Contudo, a sistematização de padrões de consumo em meio a essas populações é um campo ainda a ser explorado. Esse conhecimento pode, por exemplo, servir de subsídio para ações específicas de segurança alimentar, ofertando determinados produtos e nutrientes que as dietas tradicionais não contemplem, o que acaba sendo uma oportunidade também para indústria se reposicionar.

Existem ainda as pesquisas de percepção de insegurança alimentar e fome, que utiliza escalas psicométricas da percepção de insegurança alimentar, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, e foi recentemente incorporado a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, 2004 (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011; PESSANHA *et al.*, 2008). Esta metodologia é mais bem descrita por Segall-Corrêa (2003) e obteve resultados satisfatórios em comunidades da Amazônia, demonstrando aderência a aspectos culturais específicos destes grupos sociais (YUYAMA *et al.*, 2008; FÁVARO *et al.*, 2007).

Caracterização do objeto e metodologia

No intuito de avaliar e compreender o grau de segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades tradicionais na região intermediária de Januária principalmente aos empreendimentos vinculados as associações e cooperativas agroextrativistas optou-se pela investigação sobre soberania e segurança alimentar e nutricional junto a essa população a partir do ferramental metodológico da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, incorporada recentemente à Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio desde 2007 pelo IBGE.

Nas entrevistas realizadas nos meses de julho e agosto de 2019, junto as comunidades tradicionais da mesorregião de Januária foram utilizados questionários envolvendo perguntas a respeito dos rendimentos domiciliares, o consumo de alimentos e insegurança alimentar e nutricional dentre outros questionamentos. Para avaliação dos resultados do público pesquisado será utilizada a escala brasileira de insegurança alimentar.

Conforme Muchon *et al.* (2010) a utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, ferramenta de avaliação de insegurança alimentar ao nível domiciliar, é adequada para elaborar diagnóstico da condição de segurança alimentar e indicar populações sob maior risco de insegurança, servindo, também, para observar o impacto de políticas públicas sobre a condição de acesso à população à alimentação adequada (BICKEL *et al.*, 2000 apud CORREA, 2005).

Tendo em vista o levantamento de dados mais precisos sobre a condição de segurança alimentar e nutricional em comunidades tradicionais das cadeias da sociobiodiversidade, o presente trabalho propôs a realização de pesquisa *in loco* e obtenção de dados através da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos representantes das famílias.

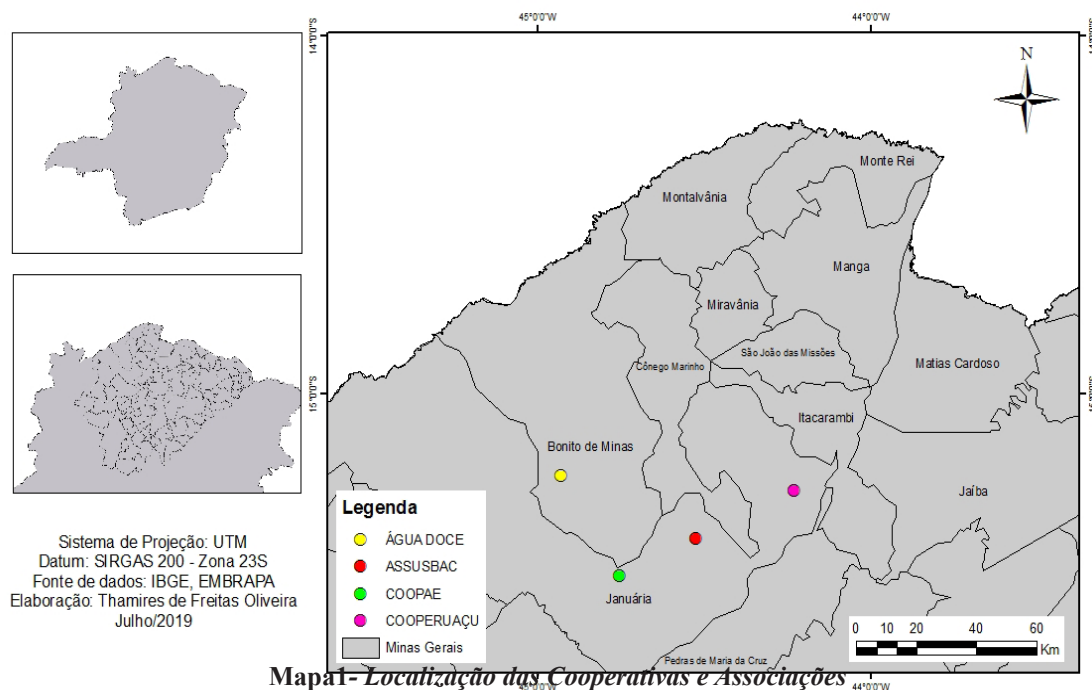
Desta forma, a pesquisa procura avançar em estratégias metodológicas e marcos analíticos capazes de apoiar a apreensão da dinâmica complexa de aspectos produtivos, de consumo, nutricional e institucional para a realidade específica das cadeias da sociobiodiversidade, esperando contribuições também para discussão envolvendo a produção rural de pequena escala e, concomitantemente, ajudando a delinear com maior clareza os modelos de produção alternativos e agroecológicos.

O objeto de estudo são as comunidades tradicionais localizadas na região intermediária de Januária/MG, bem como seus produtores e envolvidos nas unidades de beneficiamento de frutos nativos do cerrado. O estudo serviu para descrever e compreender o processo de produção de alimentos nas agroindústrias familiares em seus sistemas produtivos, e o acesso das famílias agroextrativistas a segurança alimentar e identificar o grau de insegurança alimentar e nutricional dos produtores envolvidos na pesquisa.

Muitas pesquisas sobre o reflexo das agroindústrias familiares no desenvolvimento das áreas rurais têm sido desenvolvidas no sul do país, mas ainda carecem de discussões sobre esse tema no norte de Minas, assim sendo, vale ressaltar que será realizado com as devidas adaptações para a região intermediária de Januária, haja vista que a dinâmica organizacional, o processo histórico e a implantação das agroindústrias na região norte mineira apresentam características diferenciadas do processo agroindustrial efetivado no Sul e no restante do sudeste do país.

No intuito de compreender este processo foi realizado um diagnóstico, e resultou na priorização dos seguintes empreendimentos agroextrativistas nos municípios de Januária e Bonito de Minas: Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos (ASSUSBAC), Associação dos Produtores Rurais de São Domingos I, Panelas, e Água Doce, Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros Ltda. (COOPAE) e Cooperativas dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu Ltda. (COOPERUAÇU).

Mapa de Localização das Cooperativas e Associações



Este artigo, assim como parte do instrumento de coleta de dados (questionários), alinha-se a um projeto maior de pesquisa em execução envolvendo pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), com objetivo de discutir a melhoria no sistema de gestão da produção e da qualidade em unidades de processamento de frutos do Cerrado.

Neste sentido foram aplicados 32 questionários abordando identificação, informações demográficas, socioeconômicas e da produção familiar e abastecimento doméstico. Os agroextrativistas entrevistados são vinculados as associações e cooperativas pertencentes à rede Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado.

O caminho percorrido para a caracterização dos membros e a dinâmica organizacional dos empreendimentos sociais agroextrativistas contou com a aplicação do questionário que seguiu a partir de categorias que abordou os seguintes assuntos: levantamento de dados demográficos, caracterização do residente da propriedade e da propriedade, aspectos ambientais

e de moradia, consumo de alimento, desafios e perspectivas futuras, geração de renda oriunda do extrativismo, pecuária e agricultura, de atividade exercida fora da propriedade, de outros rendimentos e transferência de renda, das formas de comercialização, coleta, beneficiamento, soberania alimentar e identificação do grau de insegurança alimentar e nutricional dos associados e cooperados dos empreendimentos sociais agroextrativistas com recorte para área de abrangência da pesquisa, a região intermediária de Januária/MG.

Os sujeitos da pesquisa foram os associados e cooperados dos empreendimentos agroextrativistas e os gestores da organização social dos quatro empreendimentos localizados em sua área de abrangência, envolvendo na região intermediária de Januária/MG.

Resultados

A investigação mostrou que a utilização de frutos nativos do cerrado tem impactos sobre as famílias em dois aspectos, a saber: complementação de renda e autoabastecimento. A renda proveniente da comercialização de frutos nativos, com destaque para o pequi, pode atingir até 30% do orçamento familiar. Os dados da pesquisa apontaram ainda que 32% dos alimentos consumidos pelos agroextrativistas envolvidos nas unidades de beneficiamento de frutos nativos do Cerrado vêm da sua própria propriedade. Deste montante, 80% dos entrevistados afirmaram que utilizam os frutos nativos do Cerrado em suas alimentações diárias que são transformados e armazenados em forma de polpas, geleias, licores, doces e outros produtos.

Do grupo pesquisado, 72% relataram déficit alimentar no que se refere à quantidade consumida, e que apesar da variedade de alimentos consumidos se encontram aquém das necessidades e desejos do consumo familiar. Dentre as razões apontadas pelos entrevistados de não estar se alimentando conforme suas necessidades, 50% afirmaram que a renda não permite, 21% o acesso aos alimentos e 29% outras razões. Ou seja, tanto na geração de renda quanto no consumo os usos de frutos nativos representam estratégias complementares, devendo ser somadas a alternativas e políticas públicas.

Considerações finais

Os resultados preliminares sugerem grau moderado de insegurança alimentar entre a população investigada. A utilização de recursos florestais não madeireiros envolve aspectos culturais, tradicionais, econômicos, ambientais e sociais dos povos e comunidades tradicionais agroextrativistas. Esse uso tem impactado de forma positiva a criação de alternativas de rendas sustentáveis para as populações, mas não garante a autossuficiência.

Referências bibliográficas

CARVALHO, IGOR SIMONI HOMEM, Potenciais e Limitações do Uso Sustentável da Biodiversidade do Cerrado: Um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas Gerais. Dissertação em Mestrado. Centro de Desenvolvimento -2007, p, 52.

CHUNG, K. Introdução às Ligações Entre a Nutrição e a Agricultura.2012.

DAYRELL, C, A. Geraizeiros e biodiversidade enel Norte de Minas Gerais: lacontribucion de

la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

CORREA, Ana Maria Segal. Acompanhamento a avaliação de Segurança alimentar das famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação urbano/rural. São Paulo, 2005.

EMPERAIRE, L. A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia central. São Paulo. UNESP, 2000, 233 p.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. The State of Food Insecurity in the World 2012.

FAO AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. The State of Food and Agriculture: Innovation in family farming. Rome, FAO. 2014.

FÁVARO, Thatiana et al. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. Food security in Teréna indigenous families, Mato Grosso do Sul, Brazil. Cad. Saúde Pública, v. 23, n. 4, p. 785-793, 2007.

GODFRAY, H. Charles J. et al. Food security: the challenge of feeding 9 billion people. *science*, v. 327, n. 5967, p. 812-818, 2010.

GOMES, L. F.; FONSECA, A. I. A. Os Geraizeiros. In: FONSECA, A. I. A. et al (Org). Estudos sobre Agroecologia, Agricultura Familiar e as Territorialidades no Norte de Minas Gerais, Montes Claros: Unimontes, 2013, p.111-115.

GUEDES, FRANCIS V.N.L. Cooperação para o desenvolvimento da agricultura camponesa do semiárido. In: MARTINS, Márcia, GUEDES, FRANCIS, V.N.L e RUSSO, FELIPE. Agroecologia do semiárido- contribuições ao debate a partir do norte de Minas Gerais. São Paulo; outras expressões, 2018, p.90.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. “Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional.” *Ciênc Saúde Coletiva* 16.1 (2011): 187-99.

MCNEELY, J. A.; SCHERR, S. J. *Ecoagriculture: strategies to feed the world and save wild biodiversity*. Island Press, 2003.

MUCHON, Ana Cristina Mendes; MIRANDA, Francisco José de Lima, ALMEIDA, Geraldo Mângelo de Almeida, LOPES, Renato Amaral. Avaliação do grau de segurança alimentar e nutricional e sua relação com renda no bairro Etelvina Miranda, Nossa Senhora das Graças e

Adjacências – Lagoa da Prata- MG In: A contribuição de Instituições de Ensino para a Segurança Alimentar e Nutricional sustentável em Minas Gerais. Org. Consea. Belo Horizonte, 2010.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

PASTORE JUNIOR, F.; BORGES, V. Produtos Florestais Não Madeireiros: processamento, coleta e comercialização. Projeto ITTO PD 143/91 VER. 2 (I) – Sumário Executivo do relatório técnico. Brasília: ITTO, FUNATURA, UnB, IBAMA. Out./1998. 54p.

PAULA, Josiane Souza; Fernandes Filho, José Flôres. A Agroindústria Rural Artesanal em Minas Gerais. In: Do Engenho a Mesa: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro / Eduardo Magalhães Ribeiro. Org. Belo Horizonte, EditoraUFMG, 2019. P. 238-239.

PEREIRA, Luis Carlos, LOPES, Frederico Antonio Mineiro. Agronegócio, Questão Agrária e Insegurança Alimentar na Região Norte de Minas. In: MARTINS, Márcia, GUEDES, FRANCIS, V.N.L e RUSSO, FELIPE. Agroecologia do semiárido- contribuições ao debate a partir do norte de minas gerais. São Paulo; outras expressões, 2018, p.67-68

PESSANHA, L.; VANNIER-SANTOS, M. C.; MITCHELL, P. V. Indicadores para avaliar a segurança alimentar e nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP, p. 1-20, 2008.

PINTON, F.; EMPERAIRE, LAURE. L'extractivisme en Amazonie brésilienne : un système en crise d'identité. Cahiers des Sciences Humaines, 1992, Vol. 28, Num. 4, p. 685-703

RIBEIRO, Eduardo Magalhães, AYRES, Eduardo Barbosa, MOREIRA, Thiago Marçal Borges, ALMEIDA, Ana Flávia, CARVALHO, Alice Assis. A INDÚSTRIA DOMÉSTICA RURAL DO JEQUITINHONHA. In: Do Engenho a Mesa: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro / Eduardo Magalhães Ribeiro. Org. Belo Horizonte, EditoraUFMG, 2019. P. 245.

SAGE, Colin. Environment and food. Routledge, 2012.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria et al. Projeto: acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Campinas: Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Estadual de Campinas/Organização Pan-Americana da Saúde/Ministério da Saúde, 2003.

SILVA, Natália Carolina de Almeida, Junior, DELACYR da Silva Brandão. Sementes Crioulas: Estratégias para a Conservação da Agrobiodiversidade. In: MARTINS, Márcia, GUEDES, FRANCIS, V.N.L e RUSSO, FELIPE. Agroecologia do semiárido- contribuições ao debate a partir do norte de minas gerais. São Paulo; outras expressões, 2018, p.46-47.

SUAREZ, J. E. A. O extrativismo de samambaia-preta: uma alternativa de renda para agricultores familiares da encosta da Mata Atlântica no município de Maquiné (RS).

Porto Alegre, RS. 2007. 197p.: il.

THOMPSON, J.; SCOONES, I. *Addressing the dynamics of agri-food systems: an emerging agenda for social science research*. Environmental Science & policy, v. 12, n. 4, p. 386-397, 2009.

YUYAMA, Lucia Kiyoko Ozaki *et al.* Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. Rev. nutr, v. 21, n. supl, p. 53s-63s, 2008.